

Arquivo/Arquivo Público do DF



UM ANO DEPOIS DA SANÇÃO O TEXTO QUE AUTORIZOU A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA, JUSCELINO ASSINA A LEI QUE FIXOU A DATA DA MUDANÇA: 21 DE ABRIL DE 1960

O dia em que o sonho virou lei

HÁ 50 ANOS, JK SANCIONOU A LEI DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

CONCEIÇÃO FREITAS
DA EQUIPE DO CORREIO

Era cobra contra cobra. O presidente Juscelino Kubitschek contra a UDN (União Democrática Nacional) de Carlos Lacerda. Aprovar uma lei que determinava a construção de Brasília era uma ousadia quase risível diante da incansável oposição lacerdista. Em abril de 1956, JK envia à Câmara dos Deputados a mensagem do projeto que autorizava a transferência da capital para o interior do Brasil. É sucessivamente engavetada nas comissões. Juscelino havia assumido o governo em janeiro, o ano já estava para lá da metade e o projeto continuava parado.

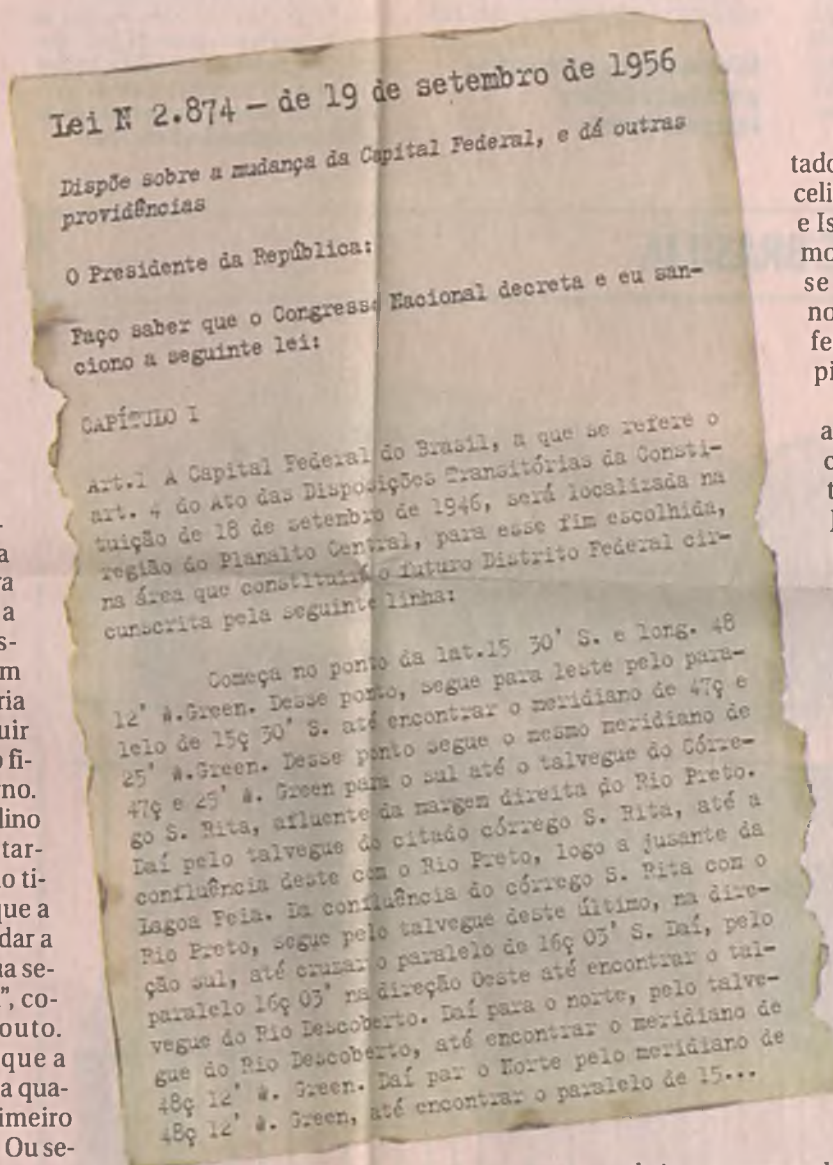
O projeto estava empacado, mas Juscelino não. Articulava-se com os políticos goianos que, apesar de udenistas, tinham um interesse maior, a transferência da nova capital para Goiás. Essa articulação, somada à crença da UDN de que JK jamais construiria uma cidade no meio do cerrado inabitado, permitiu que 50 anos depois Brasília fosse uma realidade de 2,3 milhões de habitantes.

No dia 19 de setembro de 1956, Juscelino sancionou a Lei 2.874, que definiu os limites do novo Distrito Federal e criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), responsável pelo "planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura Capital, diretamente ou através de órgãos da administração federal, estadual e municipal, ou de empresas idôneas com as quais contratar". Daquele dia em diante, Brasília não

era mais um sonho de dois séculos. Era lei.

Autor de *Brasília Kubitschek de Oliveira*, Ronaldo Costa Couto lembra que a UDN, maioria na Câmara, só deixou passar o projeto porque "tinha certeza de que era impossível fazer a obra". Os udenistas imaginavam que JK jamais daria conta de construir uma capital até o final do seu governo. "O próprio Juscelino comentou mais tarde que a oposição tinha certeza de que a promessa de mudar a capital seria a sua sepultura política", comenta Costa Couto. Mais ainda porque a lei só foi aprovada quase no final do primeiro ano do mandato. Ou seja, restavam menos de quatro anos (naquela época, o mandato do presidente era de cinco anos).

Há 13 anos, Cleusa Neves da Silva Lopes, 54 anos, ministra um curso de história de Brasília para professores da rede pública do Distrito Federal. A aprovação da Lei 2.874 "é como se tivesse colocado no papel uma coisa que estava só no querer", diz ela. Era um querer muito antigo esse. Vinha dos inconfidentes mineiros, de



Hipólito José da Costa, de José Bonifácio de Andrada e Silva, ensina a professora Cleusa a seus alunos. Vinha também de Juscelino, bem antes de ele se candidatar a presidente e do comício de Jataí onde lhe foi perguntado sobre sua disposição de fazer valer a Constituição e mudar a capital do país para o Planalto Central. Ronaldo Costa Couto lembra que, já na Constituinte de 1946, os depu-

tados federais Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro movimentavam-se para incluir no texto a transferência da capital.

Costa Couto acredita que o comício de Jataí (GO) onde JK prometeu fazer a mudança, foi o encontro "da fome com a vontade de comer". De um lado o desejo que ele tinha de interiorizar o país. De outro, a vontade dos goianos de abrigar a nova capital.

"Por que Juscelino não abriu sua campanha presidencial num município de Minas?". Porque a Constituinte de 1946 havia definido que a nova capital seria construída em Goiás. Então, supõe o escritor, era de lá que ele iria tirar a oportunidade de incluir entre suas metas de governo a construção de Brasília.

"Foi um jogo de habilidade, cooptação, conciliação, em nome de um sonho", diz Costa Couto. A determinação era tamanha que Juscelino encarregou um dos mais

importantes juristas do país, San Tiago Dantas, de preparar o anteprojeto de mudança da nova capital. E nos três anos e sete meses seguintes, o país viu uma cidade ser construída a partir de um imenso campo côncavo de cerrado. "Fiz as contas: entre 1957 e 1958, Juscelino fez 225 viagens de avião do Rio a Brasília", diz Couto.

Se para a história oficial, o 19 de setembro é o marco zero da construção, para o médico Ernesto Silva o calendário é outro. Havia dois anos, desde 1954, que ele estava plenamente envolvido com a transferência. Tinha substituído o general José Pessoa na presidência da Comissão de Localização da Nova Capital. Silva foi o primeiro diretor-administrativo da Novacap e é nessa condição que ele hoje é a estrela das comemorações na companhia, que começam às 8h com uma missa, desdobram-se em homenagens e terminam com um almoço. "Pois veja: Brasília foi construída em menos de quatro anos. Faz seis anos que o Plano Diretor de Publicidade está tramitando entre os notáveis da Câmara Distrital e até agora nada".

Os 50 anos da lei que autorizou a transferência da nova capital são também a constatação de que o Brasil perdeu a capacidade de sonhar. "O país precisa de sonhos", diz Ronaldo Costa Couto. "Naquele tempo, duvidava-se de que os brasileiros eram capazes de fabricar carros e mais ainda de construir uma cidade. Esse povo, a trancos e barrancos, fez uma obra que espantou o mundo. Obra de afirmação de um povo, numa época em que a economia era muito menor", diz Couto.